



1. Apenas um miliciano
2. Os elos entre o passado e o futuro
3. As origens em Rio das Pedras e na Liga da Justiça
4. Fuzis, polícia e bicho
5. Facções e a guerra dos tronos
6. Marielle e Marcelo
7. As milícias 5G e o novo inimigo em comum
8. Cruz, Ustra, Olavo e a ascensão do capitão

Ubuntu

Autor

Créditos

Notas

1.

Apenas um miliciano

A entrevista com Lobo foi marcada em frente ao McDonald's da estação de trem da Central do Brasil, o que me deixou animado por dois motivos. Primeiro, ali eu poderia chegar um pouco antes da hora marcada tanto para reduzir minha ansiedade como para observar o intenso vaivém naquele prédio histórico, de onde partia, ainda no século XIX, a estrada de ferro D. Pedro II. A estação, ainda por cima, ficava bem em frente ao Morro da Providência, a primeira favela brasileira, que eu pretendia conhecer. Depois que comecei a pesquisa para este livro, todas as coisas no Rio de Janeiro passaram a ter um lado fascinante. Sentia-me como um turista deslumbrado vagando pelo centro histórico e cultural brasileiro, olhando tudo à minha volta, querendo aprender todas as coisas que ainda não sabia e redescobrir aquelas que eu conhecia apenas de forma superficial.

Em segundo lugar, aquele encontro era especial porque, finalmente, depois de algumas tentativas frustradas, eu iria conversar sobre milícias com alguém que havia participado intensamente desse cenário e que tinha se oferecido para me contar o que sabia. Demorou para conseguir, mas a conversa prometia. Lobo, o entrevistado, vivia num sítio na Baixada Fluminense e não se sentia seguro para falar sobre o tema no bairro em que morava. Naquele dia, ele iria ao centro do Rio para acompanhar o enteado em um curso de gastronomia, ao lado da estação de trem. “Fico preocupado, porque ele volta tarde, e o Rio de Janeiro está muito perigoso. Por isso eu vou com ele sempre que posso. Teremos algumas horas para conversar enquanto espero”, ele me sugeriu em uma mensagem de áudio no WhatsApp.

Eu não sabia o que esperar. O relato que ele me fez sobre a família, sua preocupação com a segurança do enteado, suavizavam na minha cabeça a imagem do miliciano. Tínhamos sido apresentados por um colega nosso, que eu havia conhecido meses antes e que trabalhava no sistema penitenciário do Rio. Para convencer Lobo a falar, me comprometi a não revelar seu nome — Lobo é um apelido que surgiu durante o nosso papo. Eu também não daria detalhes que acabassem por denunciá-lo às autoridades ou a inimigos. Garantir seu anonimato era a condição para a nossa conversa. E prometi presenteá-lo com um livro.

Vimos a foto um do outro no WhatsApp para que nos reconhecêssemos na estação. A impressão inicial que tive de Lobo, quando o vi pessoalmente, não correspondeu às minhas expectativas. Ele era forte, com excesso de peso, alto, pouco mais de um metro e oitenta, cabelo curto, quase raspado. Usava boné, uma barba moderna, dois alargadores de orelha e tatuagens grandes em um braço. Vestia uma camisa preta cheia de caveiras estilizadas, que evocavam mais o Dia dos Mortos mexicano do que os esquadrões da morte brasileiros. Parecia um integrante de uma banda de rock indie.

Pegamos o trem e fomos para o hotel onde eu estava hospedado, em Copacabana. Nos acomodamos na varanda, que estava vazia. Pedi duas garrafas de água mineral, dei a ele meu maço de cigarros quase cheio e iniciamos a conversa. Nas mais de cinco horas de papo, Lobo se revelou um ótimo contador de histórias. Falou da infância em São João de Meriti, onde convivia com matadores e grupos de extermínio, de seu ingresso nas milícias no começo dos anos 2000 e também de sua relação com as companhias e os batalhões policiais da região onde atuava. Fumou o maço inteiro.

Falamos ainda dos três anos em que ficou preso, acusado de mais de vinte homicídios e ocultação de cadáveres, de sua absolvição por falta de provas e, por fim, de sua nova vida em liberdade. Ele contou com naturalidade até mesmo episódios truculentos, sem remorso nem vergonha do passado. Não que se

mostrasse frio, com toques de perversidade ou coisas do gênero. Nada disso. As histórias se respaldavam em crenças comuns no contexto em que ele viveu e no trabalho que passou a fazer. Na sua rede profissional, como segurança privado e depois miliciano, ações violentas faziam sentido e não eram vistas como problema, mas como solução para fortalecer a autoridade e a ordem num bairro ameaçado por criminosos.

Contou sobre os diversos homicídios que testemunhou ou cometeu como se não fossem nada de mais. E de fato não seriam se eu, seu interlocutor, enxergasse o mundo da mesma forma que ele. Como um soldado que lutou em uma guerra e matou diversos inimigos, Lobo não tinha por que negar seu passado. Fora do combate, tornou a ser um cidadão comum preocupado com a volta para casa do enteado depois do curso de gastronomia.

Lobo falou de violência, portanto, como se fosse um miliciano “reformado”; não precisava mais matar, mas compreendia a relevância e a necessidade dos assassinatos que presenciou ou cometeu. A disposição de praticar homicídios, segundo ele, colaborou na construção do poder e da ordem no bairro onde sua milícia agia. A nova ordem que ele ajudou a criar, na sua concepção, era melhor do que a vigente no passado, estabelecida pelos bandidos e pelo tráfico. A violência fardada dos paramilitares se justificava por ser um meio de defender os interesses dos cidadãos de bem contra a ameaça dos criminosos.

Por isso se orgulhava de ter sido assassino e passado a trabalhar no exército dos paramilitares do Rio — tinha se visto numa guerra contra o crime, e os homicídios, as surras e a violência eram ferramentas de trabalho. Percebi que a sua obsessão por caveiras também tinha a ver com isso. “Essas tatuagens eu fiz na prisão. Minha ideia era fazer uma caveira para cada pessoa que matei. Fiz duas, mas depois desisti de continuar tatuando.” Lobo disse que precisou matar pelo menos quatro pessoas quando era miliciano, sem contar as vítimas durante trocas de tiros, que não entram na sua contabilidade por terem ocorrido durante os conflitos. “Mortos de guerra a gente não

conta”, explicou. Os assassinatos que contam são aqueles feitos para punir ou dar lições, em que ele agiu como se fosse um juiz aplicando uma sentença mortal aos desviantes.

Lobo arregaçou a manga da camisa e me mostrou tatuado o artigo 121, que no Código Penal identifica o crime de homicídio. “Antigamente, quando eu ouvia um ‘é nóis’, ‘já é’, ‘é o trem’, cara do meu lado falando gíria do Comando [Vermelho], eu já queria matar. Depois que fui para a prisão e dividi a cela com muito vagabundo, mudei, aprendi a ver o lado humano”, disse. No presídio, Lobo começou a fumar maconha e acabou levando o hábito para sua vida fora da prisão. “Fumo todo dia. É o meu Gardenal. Acabo indo nas bocas comprar. Ainda não gosto de ladrão, mas não é como antes. Mudei minha visão”, explicou, justificando com uma frase que seu enteado lhe ensinou e que atribuiu a William Shakespeare: “Quando a mente de uma pessoa evolui, não tem mais como voltar atrás”.

A disposição de Lobo para matar, portanto, não era a de um psicopata. Tampouco sua obsessão por caveiras era satânica. Sua determinação homicida não decorria de uma pulsão nem fazia dele um assassino que matava para defender os próprios interesses. Considerava a violência que praticava instrumento em defesa de um ideal coletivo. Definiu sua trajetória com base numa antiga crença segundo a qual o assassinato garantia poder ao assassino e sua transformação em herói na guerra cotidiana contra o crime.

Sobretudo depois dos anos 1960, quando ladrões e criminosos passaram a ser vistos como uma grande ameaça aos moradores das metrópoles, ideias semelhantes de uma justiça retaliativa vinham seduzindo muita gente nas cidades brasileiras. De acordo com essa perspectiva, para anular a violência do crime bastaria ser ainda mais forte e violento que o criminoso. Crenças como essa se popularizaram entre policiais, levando à formação de diferentes arranjos. Policiais e vigilantes se organizaram em todo o Brasil. No Rio de Janeiro e no Espírito Santo, foi criada a Scuderie Le Cocq, em homenagem ao detetive Milton Le Cocq, morto em ação em 1964. Em São Paulo, nos anos 1980, grupos

de justiceiros começaram a agir. Em diversas regiões do país, formaram-se batalhões especiais de polícia que exibiam caveiras como símbolo de sua coragem e letalidade no combate aos traficantes de drogas que estavam se armando e controlando territórios. Tais grupos passaram a travar disputas entre si, na tentativa de cumprir em suas áreas de atuação o papel que o Estado brasileiro não parecia capaz, que seria o de garantir, pelo monopólio legítimo da força, a formação de uma autoridade que impusesse a todos o respeito às regras locais. Durante o período democrático, com a propagação desses grupos armados, o Brasil se tornaria o país com a maior taxa de homicídios no mundo, mesmo sem estar envolvido em guerras, conflitos civis, étnicos ou religiosos.

Lobo foi apenas uma das peças dessa engrenagem urbana de conflitos entre grupos que acreditavam participar de uma guerra legítima, cada um defendendo interesses distintos e com efeitos devastadores sobre a imensa maioria da população, obrigada a viver em meio a balas perdidas e submetida à tirania de forças à margem da lei. Lobo ingressou nas milícias, o lado paramilitar dessas organizações, logo que esse modelo começou a se expandir no Rio de Janeiro. Acompanhou, portanto, a rápida expansão desses grupos, que cresceram e se infiltraram nas instituições do Rio, a ponto de se tornarem a principal ameaça à democracia no estado.

Lobo nasceu no final dos anos 1970, em Duque de Caxias, e passou a adolescência em São João de Meriti, um dos treze municípios da Baixada Fluminense. A região, um conjunto de planícies que se estende ao longo de oitenta quilômetros da Via Dutra, ficou famosa como reduto de grupos de extermínio. Apoiados por empresários, bicheiros, políticos municipais e pela polícia local, eles matavam sob a alegação de defender os trabalhadores.

O ex-miliciano se recorda de uma cidade tranquila em sua infância e adolescência, onde ele podia jogar futebol nos campinhos do bairro até as duas da manhã. Conforme registros

oficiais, porém, a cidade não era tão calma assim: a taxa de homicídios ultrapassava os trinta casos por 100 mil habitantes no final dos anos 1990. Lobo, mesmo frisando a sensação pessoal de segurança, lembra de ter presenciado assassinatos. “Meu pai trabalhava com obras, fazia empreitadas com um cara conhecido na Baixada como Papa. Papa não era policial, era justiceiro. Não deixava roubarem no bairro. Uma vez, quando eu tinha uns oito anos, estava sentado no bar e vi dois negros passarem pela avenida. Na época, a gente ainda não via fuzil, as armas mais pesadas eram calibre 12. Papa estava passando de carro, parou e matou os dois. Depois entrou no bar, pediu uma cerveja, uma coca pra mim e ficou lá sentado. Eram umas onze da manhã. Passou a viatura da polícia e ele: ‘Opa, é tudo comigo’. O problema lá onde eu morava era se você usasse droga ou roubasse.”

Assim como outros de sua idade, Lobo curti baile funk e chegou a descolorir o cabelo, num estilo semelhante ao de jovens de favelas ligadas ao Comando Vermelho. Quase morreu pela ousadia. “Eu vinha subindo a rua, o Papa parou o carro do meu lado, no meu cu não passava nem agulha. Ele acelerou, foi na minha casa e deu o maior esporro no meu pai. ‘Pô, seu filho é bandido agora? Tá andando que nem vagabundo. Eu quase matei seu filho. Manda ele cortar o cabelo.’” Foi prontamente atendido.

Em 1998, Papa, que atuava como empresário na região e cujo nome é João Paulo Neves, assassinou o vereador Sérgio Costa Barros. O político foi sequestrado na Câmara Municipal, colocado no porta-malas do carro e levado até um terreno baldio, onde carro e corpo foram queimados. “Um amigo nosso, o Berimba, vinha pela estrada, viu o Papa e ofereceu carona. O justiceiro aceitou e contou o que tinha feito. Depois disse que o Berimba tinha se tornado cúmplice por ajudá-lo a escapar da cena do crime.” Um ano depois, durante as investigações sobre a morte do vereador, a polícia descobriu a identidade do carona. Berimba precisou testemunhar contra João Paulo, virando uma “granada sem pino” que podia explodir a qualquer momento. A

vingança de Papa era dada como certa. O matador, no entanto, perdoou o rapaz. Em 2006, Papa foi condenado a dezoito anos de prisão pelo assassinato do político.

Os homicídios, Lobo explicou, funcionavam como um instrumento para controlar os comportamentos desviantes em seu bairro. “Normalmente, só morria quem devia e usava drogas.” A ilusão de que as mortes são previsíveis e de que só morre quem desrespeita as regras é uma crença comum entre moradores de bairros onde atuam grupos de extermínio e que eu entrevisto faz alguns anos. Como se tais ações fossem um dispositivo para garantir a preservação das regras locais. Os roubos, estes sim, seriam ações intoleráveis e covardes. Por serem imprevisíveis e atingirem vítimas escolhidas aleatoriamente, causariam medo e repulsa nos moradores. Seriam repudiados e associados a valores negativos por causar imprevisibilidade e desordem. Já os matadores ganhariam aplausos ao resgatar a ordem usando violência contra os violadores das normas locais.

A amizade e o convívio com policiais reforçavam em Lobo a convicção de que violência produz ordem. Uma noite, ao sair de uma casa de shows na Baixada, a Via Show, em companhia de um amigo policial que estava de folga, os dois pararam diante de um carrinho de cachorro-quente que funcionava de madrugada fazia mais de vinte anos. Os donos eram um casal de idosos que vendia o lanche a um real; pelo copinho de refresco, cobravam mais vinte centavos. Enquanto Lobo e o amigo aguardavam na fila, dois jovens pediram seus lanches com suco e se recusaram a pagar pelo refresco. Como o vendedor insistiu na cobrança, eles jogaram uma moeda de cinquenta centavos na cara dele e foram embora dando risada. “Vamos lá que eu vou enquadrar os moleques”, o colega policial disse a Lobo. “Calma aí, não vai matar os moleques”, Lobo tentou ponderar. “Fica tranquilo, só vou dar uns tapas na cara, uns esculachos.” Os dois voltaram para o carro e foram atrás dos garotos. O policial já desceu atirando. “Agora vocês não humilham mais um trabalhador”,

disse enquanto os executava.

Havia muitos caminhos possíveis para quem vivia em um contexto conflagrado como o da Baixada dos anos 1980 e 1990. O cotidiano de conflitos, ainda que influenciasse as escolhas, não determinava o futuro de ninguém. Existiam, no entanto, incentivos perversos que empurravam os jovens para a violência: talvez o principal deles fosse fazer parte de um grupo que controlava o poder local. Mesmo diante do risco de morte prematura e de prisão, a ideia era forte e sedutora, criava sonhos e oportunidades.

O sonho de agir em defesa da comunidade, bem como as oportunidades geradas no ambiente conflagrado do Rio de Janeiro, atraíram Lobo para a área de segurança. Ele queria ser policial desde pequeno, mas não passou nos concursos públicos. Sempre gostou de armas. Teve o primeiro revólver ainda com dezesseis anos, um “oitão enorme”, trocado por uma pistola 9 mm, que, apesar de mais impactante, dificultava a compra de munição. Para ganhar a vida, foi trabalhar como estoquista em uma loja de brinquedos no centro do Rio. A dona, percebendo seu porte de estivador, sempre o colocava para tomar conta da loja no final de ano e o convocava como motorista e segurança em festas noturnas. Ele ia orgulhoso, usando terno e dirigindo o carro da madame.

Demitido da loja, investiu o dinheiro da demissão em um curso de segurança patrimonial. O mercado de segurança privada, em que predominam empresas de policiais, era uma forma de permanecer fiel, por outras vias, a seu sonho de infância, mesmo que longe da corporação. Seguiu em frente e fez o curso avançado de tiro e de transporte de valor, com pistola e espingarda calibre 12 para carros-fortes, e o de segurança pessoal. Ainda assim, a oportunidade de um trabalho formal não aparecia, porque ele nunca tinha sido contratado com carteira assinada, e os empregadores exigiam a comprovação de experiência.

Restaram, portanto, os bicos. Lobo foi trabalhar como segurança numa boate em Botafogo, junto com outros cinco

funcionários, liderados por um policial da inteligência da Polícia Militar. Como não ganhava muito e era recém-casado, com uma filha de seis meses, aceitou que um amigo, dono de um açougue em Jacarepaguá, o indicasse para alguns policiais que mandavam na comunidade em frente ao seu comércio e que sempre pediam carne fiada quando faziam churrasco para os moradores. “Conheço um moleque sério que faz segurança”, o açougueiro disse a um desses policiais. O policial aceitou a indicação: “Quero falar com ele”. O salário era irrecusável, quatro vezes mais do que Lobo ganhava na boate de Botafogo. Precisava tomar uma decisão e acabou aceitando mesmo sem saber direito do que se tratava. Era o ano de 2002, e ali começava sua carreira no negócio que anos depois seria batizado de milícia.

Lobo foi mais do que um segurança normal. Integrou uma espécie de subprefeitura de uma área localizada em um pequeno morro em Jacarepaguá com 1500 casas. Nos três primeiros meses, como se mostrou confiável, acabou se tornando “o frente da comunidade”, o segundo posto numa hierarquia cuja liderança era exercida por dois policiais de batalhões cariocas — um da zona norte e outro da zona oeste. O trabalho era remunerado com a taxa de segurança paga à associação de moradores local, que servia de fachada institucional aos milicianos. O grupo de policiais também fornecia aos moradores gás por um preço acima do mercado, produto que eles eram proibidos de adquirir fora do morro. O fantasma da invasão dos traficantes da Cidade de Deus, bairro vizinho controlado pelo fortemente armado Comando Vermelho, favorecia a adesão dos moradores, que não se viam em condições de recusar o pagamento. Tudo com a aprovação tácita do 18º Batalhão de Jacarepaguá, que se aproveitava da parceria para ganhar dinheiro e poder de fogo.

O morro também era vizinho da comunidade do Rio das Pedras, bairro onde a governança, historicamente feita por policiais e associados, era considerada bem-sucedida e começava a servir de exemplo para os arredores. A nova solução para gerenciar o território se baseava na presença de autoridades

policiais com capacidade e disposição para usar a violência. Envolvia também uma parceria com a associação de moradores, que fazia contatos no Parlamento municipal para conseguir benfeitorias em troca de votos, e a cobrança de taxas que geravam receitas na própria comunidade, como a venda de gás, instalação de gato de eletricidade e água. Tudo isso com o apoio dos policiais dos batalhões locais.

Em 2002, no pequeno morro de Jacarepaguá, a instalação de TV a cabo clandestina, a “gatonet”, ainda não fazia parte do empreendimento. Também não havia espaço físico para a expansão de área para grilagem, ação ideal em regiões próximas a terrenos preservados por leis ambientais. Os policiais, contudo, logo perceberam o potencial da construção de lajes, erigidas sobre o térreo dos barracos, para ganhar dinheiro com aluguel de quartos. Os novos imóveis adensavam o bairro, ampliavam as receitas com as taxas e multiplicavam os votos em potencial a serem trocados com políticos. A vizinha Rio das Pedras, como não podia deixar de ser, era a fonte de inspiração. “Quando comecei a trabalhar com as milícias, a gente via passar um *paraíba* [forma pejorativa de se referir a pessoas que migraram do Nordeste] com um carro zero quilômetro, vindo lá do Rio das Pedras. A gente pesquisava, perguntava se era miliciano e eles diziam: ‘Não, o cara tem trinta lajes na favela’. Aí as milícias começaram a fazer igual.”

A estrutura do grupo que comandava o pequeno território em Jacarepaguá era formada pelo sargento e pelo cabo de dois batalhões distintos; eles é quem davam as ordens nos bastidores. Lobo era um dos contratados, numa estrutura de cerca de vinte pessoas, que incluía os funcionários da associação de moradores. “A taxa era de mais ou menos vinte reais por semana para os moradores e cinquenta reais ou mais para os comerciantes. Quando não queriam pagar, a gente era obrigado a oprimir. Botava cartaz na casa das pessoas, batia na porta e perguntava: cadê o dinheiro? Até pagar.” O dinheiro era enviado para a associação de moradores local, onde se contavam os valores.

Esse grupo de cerca de vinte homens instalou uma cancela

automática na frente da comunidade, para controlar a entrada de moradores. Alguns limites foram criados para o período da noite. Quem chegasse de carro depois da uma e meia da manhã tinha que estacionar do lado de fora. Foi proibida a “estica”, ou seja, a venda de drogas na calçada em frente ao morro, onde se revendia a mercadoria vinda da Cidade de Deus. Também ficou proibido o uso de drogas: casas podiam ser invadidas se houvesse cheiro de maconha. Os milicianos conseguiram ainda asfaltar parte das ruas do morro e pagavam salários para moradores varrerem a rua.

Os policiais dos batalhões, donos do negócio, apareciam somente a cada quinzena e eram os principais responsáveis pelo armamento pesado. “Arma nunca faltou”, disse Lobo. “Podia ser vendida pela polícia. Um fuzil, por baixo, valia 25 mil reais. O policial que pegava dois fuzis numa apreensão acabava botando 50 mil no bolso. Isso se fosse fuzil velho, um 762 Parafal. Se fosse novo, um AK-47, um AR-15, um AR-10, o cara ganhava 30 mil, por baixo. Havia também o esqueminha do Paraguai com os matutos [atacadistas que compram drogas e armas na fronteira para vender no Rio]. Eles chegavam com arma nova, pistola, Glock, mandavam vir cinquenta, cem de uma vez.”

A ligação com os policiais era estreita. Mesmo não sendo concursado, Lobo contou que tinha farda e fazia operações conjuntas com os policiais do 18º Batalhão, com direito a uso de armamentos pesados nas incursões à Cidade de Deus. “Eu entrava no 18º, pegava fuzil, saía, a gente dominava tudo.” A parceria acabava funcionando para os dois lados. “Uma vez a gente foi pra uma churrascaria em Jacarepaguá. Fui eu, dois policiais e as piranhas [prostitutas que os acompanhavam]. Quando eu saí, tinha um Kadett prata e uns moleques me olhando. Os moleques olhando... Sabe sexto sentido? Eles foram almoçar na churrascaria. Quando encostei no Kadett, escutei um barulho dentro do carro. Alguém chutando. Esperamos os moleques saírem. Quando estavam chegando na Cidade de Deus, enquadrámos. Passamos o rádio pros policiais do 18º. Quando abriram o porta-malas, tinha uma mulher lá dentro. Eles

estavam fazendo saidinha de banco, tiravam dinheiro passando em várias agências.”

Na leitura de Lobo, a parceria com o batalhão local e a tolerância política aos trabalhos dos milicianos são estruturais e condição para o funcionamento dos serviços de milícia no Rio. “Não adianta. Se não tiver policial junto, o trabalho não vinga. O policial vai se sentir oprimido, ver os caras andando com cordão de ouro, cresce os olhos. Tu não pode falar com eles de dinheiro. Mexe com minha mulher, mas não mexe com o meu bolso.”

Durante a fase de expansão desses grupos em Curicica, Taquara, Tanque, Pechincha, Gardênia Azul, Vila Sapê, entre outras comunidades no entorno do bairro-modelo Rio das Pedras, a relação com os paramilitares se estreitava em noitadas animadas em que policiais se reuniam com parceiros depois do expediente em casas noturnas, choperias ou casas de massagem, muitas das quais deles próprios, a maioria na região da Barra, Recreio e Jacarepaguá. “Eram grandes confraternizações”, disse Lobo. Nessas reuniões, ninguém podia usar telefone. Existia uma casa em Jacarepaguá, a Fórmula do Gol, uma tenda enorme com uns pagodes, que era o ponto de encontro. Você entrava e brincava: se a Corregedoria [da Polícia] entrar aqui, pega mais de cem pistolas. Tudo miliciano e polícia, cara com corrente de ouro de dois dedos, Nike 12 molas, Omega, Marea, só esses carros na porta. Eu comecei a andar com os donos de onde eu trabalhava, churrasco no Rio das Pedras, assim tu ficava conhecido, pegava o contato e assim tu vai se alinhando.”

Outra presença forte testemunhada por Lobo nas comunidades dominadas pelas milícias eram os proprietários de máquinas de caça-níquel, ligadas aos bicheiros, criminosos tradicionais do Rio de Janeiro, com relacionamentos antigos e consolidados com a segurança pública e a política no estado. “Uma vez, a gente tava lá na comunidade fazendo um churrasquinho, e um deles chegou.” Lobo afirmou que foi uma situação fora de contexto, inusitada. O homem parou sua picape na entrada do morro, foi até onde eles estavam, deu boa-tarde e perguntou: “Quem é o frente? Quem manda aqui?”. Lobo se

assustou com a situação e com o tom de voz seguro do interlocutor. “Caralho, o cara chegou com uma pressão fodida, vamos conversar com ele”, Lobo disse ao grupo, antevendo complicações. Ele se aproximou do sujeito e explicou: “Tranquilo, irmão, olha só, eu estou na frente, mas não sou o dono, são dois policiais”.

O mensageiro, porém, havia ido propor a eles um negócio que poderia aumentar as receitas da milícia. E fez a oferta: “Seguinte, a gente quer colocar umas maquininhas de caça-níquel aqui. Vocês fazem o recolhe, ganham um porcentual”. Lobo ficou entusiasmado com a oportunidade e disse que iria acionar os policiais donos do morro para bater o martelo. Tinha expectativas com a novidade, sempre quis se envolver com as maquininhas porque sabia que a presença delas nos bares fazia girar muito dinheiro. “Liguei pros dois e falei: o cara quer botar umas trinta maquininhas.” Lobo não esperava a resposta que ouviu do outro lado da linha, pois achava que os donos da milícia “eram o demônio”. O policial disse: “Fala que ele pode colocar quantas quiser, que a gente faz o recolhe, guarda o dinheiro dele, e que não precisava dar nada pra gente. Trabalhador gosta, a polícia não vai interferir”. Lobo obedeceu, mas achou estranho.

Quando encontrou os dois policiais pessoalmente, perguntou o motivo do acordo desvantajoso. Um deles explicou: “Eu não quero nada com esses caras, a única máfia organizada que existe no Brasil são eles, não quero nada deles, pra eles só trabalho de graça, não se envolve com os caras. O primeiro dia que tu vacilar, eles te matam na hora, matam juiz, desembargador, delegado. Não se envolve”.

Duas semanas depois, Lobo estava trabalhando e os policiais foram buscá-lo no morro. “Como era quase meio-dia, achei que a gente ia almoçar na churrascaria. Mas eles me levaram na Cidade de Deus. Tinha um corpo na rua, cheio de moeda de um real na boca. ‘A gente te trouxe aqui pra tu ver. Quer se envolver com caça-níquel, olha o que acontece; esse cara fazia um recolhe e deu a volta nos caras. Quando eles enchem a boca de moedas, é porque o cara roubou deles, deu a volta neles.’ Aí aprendi. O que

é bom eu sempre guardo. Se o cara que era polícia, bravo, não queria se envolver, imagina eu, que não era nada.” As máquinas foram instaladas sem tarifa para os bicheiros. E aí no Dia das Crianças, das Mães, eles bancavam as festas, davam bicicletas, geladeiras e televisões para sortear no bingo, agradando os moradores e fortalecendo a milícia.

Na zona oeste, a aliança informal entre paramilitares, policiais e bicheiros ia além do dinheiro que proporcionava aos integrantes da rede. Havia também o discurso de que essa nova força devia marcar posição e fazer frente ao avanço dos rivais do tráfico de drogas. Muitos desses milicianos moravam na zona oeste com suas famílias, tinham ligação com a região, o que reforçava o elo com a comunidade. Conforme se ampliavam os territórios dominados pelos aliados, aumentava a rede de apoio entre eles e o arsenal de armas à disposição dos milicianos, que se apoiavam na luta contra os rivais. A capacidade de rapidamente arregimentar um pequeno exército, formando um bonde pesado em defesa dos interesses econômicos e territoriais dos integrantes do grupo, garantia o poder dos milicianos na zona oeste. As facções também formavam seus bondes e arregimentavam armamentos e homens entre os morros aliados. A diferença fundamental era que o bonde da milícia contava com o apoio das próprias polícias e comandos, detendo mais capacidade de inteligência e articulação.

Essa ligação garantia, inclusive, capacitação para os soldados menos preparados. Numa noite, Lobo e dois jovens de sua milícia estavam de guarda na comunidade, quando um bonde da Cidade de Deus passou atirando contra eles. A situação se agravou quando um dos garotos da milícia não conseguiu disparar o fuzil que segurava. Travou e os agressores perceberam. Restou a Lobo aguentar a troca de tiros com uma Glock e três carregadores. “Para evitar que essa situação se repetisse, os chefes contrataram um sargento do Bope [Batalhão de Operações Policiais Especiais], e tivemos duas semanas de treinamento numa mata”, disse Lobo.

Mesmo sem um comando único — cada grupo ainda

descobria as potencialidades de mercado e receitas em seu território —, havia uma afinidade natural entre os colegas de farda e seus aliados. Isso não significava, necessariamente, vida fácil no controle das comunidades, já que boa parte dos moradores era forçada a fazer pagamentos para o grupo, o que gerava resistência. A gestão dos milicianos, portanto, sentiu a necessidade de desenvolver estratégias de poder local, para que sua liderança fosse vista como benéfica. O poder se fortalece, Lobo diz, quando a liderança é respeitada em vez de temida. Espancamentos, assassinatos e ações simbólicas de força faziam parte da rotina, e cada grupo podia pesar a mão com estratégias distintas. “Podia ir do corte de cabeça à conversa”, disse Lobo. “Eu sempre preferi a conversa.”

Lobo contou que na comunidade que ele liderava, os policiais donos da milícia eram inclementes. Ele, no entanto, recorria ao diálogo, pois acreditava ser essa a melhor forma de escapar do Disque-Denúncia, entidade civil que colabora com a segurança pública do Rio de Janeiro ao passar, com a garantia do anonimato, informações da população sobre crimes e violência, a fim de orientar ações da polícia e da Justiça.

Uma estratégia bem-sucedida para a consolidação da autoridade foram os churrascos com moradores, também frequentados por homens com uniformes e armas de calibre pesado, representando a nova lei local. Funcionava quase como um teatro público, cheio de simbolismos, para que as pessoas não só enxergassem o tamanho da encrenca, caso pensassem em desobedecer às regras, mas também para que se aproximassem deles. “Não adiantava simplesmente chegar em silêncio”, Lobo explicou, ponderando que excesso de força, por si só, pode não funcionar. “Marca um churrasco, avisa os moradores, dá pra eles carne e cerveja, e coloca um monte de homem armado na festa.”

Para manter a boa relação com os moradores, assumir o papel de provedor sempre foi o método. Betinho, na época chefe da milícia na comunidade da Vila Sapê, seguia esse procedimento no começo dos anos 2000. Quando via um garoto andando descalço, oferecia um chinelo. Se estava com cabelo grande,

“como um mendigo”, mandava cortar e pagava o serviço. “O segredo de ganhar a comunidade era fazer o que o Estado não conseguia fazer. Até escola particular pra criancinha especial o Betinho pagava. Quando o tráfico quis voltar, os moradores amavam tanto o pessoal que alguns até pediam armas para ficar atirando da janela nos traficantes”, contou Lobo.

A disposição para usar a força bruta continuaria fundamental, porque sempre havia aqueles que “desacreditavam”, explicou Lobo. Mesmo quando eles passaram a exercer o monopólio da venda de gás, por exemplo, havia um vendedor que insistia em entrar de moto com botijão. Lobo avisou que era proibido, mas o vendedor voltou, como “se quisesse pagar para ver”. Então surgia o dilema típico para um miliciano: como ensinar aos demais que sua autoridade não deve ser desrespeitada? No caso, preferiram, em vez de matar, “apenas” queimar a moto do vendedor.

A proibição do consumo de drogas na comunidade também era problemática. A milícia de Lobo proibia o uso no morro. A “lição aos infratores” era dada por meio de coronhadas, socos, tapas e espancamentos, dependendo do caso. Lobo contou o caso de um menino pego com cem gramas de maconha prensada. Primeiro fizeram o garoto dichavar a droga, produzindo um volume suficiente para encher um copo grande. Depois, o obrigaram a comer tudo, misturado com Coca-Cola quente, o que levou o jovem a ficar três dias internado no Centro de Tratamento Intensivo do hospital, “vomitando verde”.

Outro garoto do bairro, também conhecido por abusar do consumo de drogas, levou uma surra um dia, tendo os braços quebrados, entre outras torturas, porque também era acusado de roubar na comunidade. Certo dia, quando Lobo foi levar sua pistola para consertar em um armeiro do morro, enquanto esperava, esse mesmo garoto se aproximou dele com uma tesoura, tentou enfiá-la na cabeça do miliciano e depois fugiu. Esse tipo de atentado foi considerado imperdoável e danoso para a imagem da milícia local. Eles tinham que punir aquela ousadia de forma exemplar. Durante duas semanas, procuraram o garoto,

que havia fugido para a vizinha Cidade de Deus. Ele foi visto por um x-9, informante de policial, que ajudou a armarem uma arapuca, chamando o garoto para comprar pó. Depois de morto, ele teve as mãos, os pés e a arcada dentária arrancados por um conhecido das milícias, especialista em não deixar vestígios de corpos e que cobrava quinhentos reais pelo serviço de desaparecer com as provas.

A existência de falas e crenças que justificam a ação dos homicídios se repete em realidades com taxas elevadas de violência, permitindo aos assassinos e homens violentos agir e depois explicar suas razões sem constrangimento. Essas justificativas, que se reproduzem como um padrão nas dezenas e dezenas de entrevistas que venho fazendo com matadores durante anos, sempre me impressionaram. Eles falam como se as vítimas fossem culpadas da própria morte; como se eles, os matadores, estivessem apenas agindo conforme as regras da coletividade local. Entender o processo de formação dessas falas e crenças sempre foi o objetivo das minhas pesquisas. Por que e como esses homens passam a acreditar que matar é certo, mesmo sendo ilegal? Não se trata de uma questão trivial, uma vez que o crescimento das cidades civilizadas dependeu da consolidação desse tabu que interditou os assassinatos, que se tornou lei sagrada e fortaleceu freios morais internos que impediram os homens de matar seus iguais. Por que, como e quando essa lei deixou de funcionar e nos tornamos o país com o maior número de homicídios no mundo mesmo em tempos de paz?

Lobo, por exemplo, contou a história de um jovem amigo policial que fazia vídeos matando pessoas que para ele se enquadravam na categoria das que deviam morrer. Depois mandava as imagens para o seu grupo de amigos mais próximos no WhatsApp. “Para de mandar essas mensagens, senão saio do grupo”, alertou Lobo. O policial era deslumbrado com o próprio poder. Ligava para Lobo de madrugada, bêbado, dando tiros para o alto em frente a bares de São João de Meriti. Numa dessas performances, quase foi morto por dois garotos do Comando

Vermelho. Ele e os colegas perceberam a tempo que seriam atacados, conseguindo se antecipar e matar os dois.

Segundo Lobo, o pai desse jovem era um policial aposentado, respeitado na cidade, honesto. Nunca quis que o filho entrasse na polícia, mas não conseguiu evitar. Lobo apelou para a figura do pai a fim de convencer o amigo a mudar de atitude. “Se você não for mais discreto, seu pai vai ficar sabendo.” O jovem policial, contudo, respondeu que isso não o preocupava, porque quando entrou na corporação recebeu estes conselhos do pai: “Tu pode matar quem quiser, isso é contigo, porque quem vai ficar com a pica é tu. Mas veja bem. Eu te visito na cadeia como homicida, mas se tu for preso como corrupto ou ladrão, esquece que tu tem pai. Não vou passar a vergonha de ver meu filho virar ladrão depois de trinta anos de uma carreira íntegra na polícia”. E concluiu para Lobo: “Meu pai é bravo pra caralho, mas ele não esquenta a cabeça se eu matar. Só se eu roubar”.

Num contexto conflagrado, mesmo os fatos mais cruéis acabam se naturalizando. Podem chocar o entrevistador, que precisa se esforçar para manter o semblante impassível, ou assustar pessoas que observam de fora, mas não aqueles que convivem com essa realidade. O filho de onze anos de Lobo contou a ele um dia ter testemunhado a punição de um jovem que tinha roubado o celular da mãe de um traficante do morro vizinho, sem saber quem era o dono. O tráfico não perdoou. “Eles ficaram batendo nele [no ladrão do celular] o dia inteiro, amarrado num botijão de gás. Depois picotaram ele todinho. No final do dia, quando estava escurecendo, amarram os pés e os braços dele, cortaram o moleque no meio e ficaram arrastando o corpo, dando risada, umas três horas; depois jogaram bola com a cabeça dele, valendo mil, seis contra seis”, o filho de Lobo relatou ao pai. “Meu moleque viu tudo”, disse Lobo, narrando a cena de barbárie sem indignação, entendendo que ela fazia parte de um cotidiano impossível de mudar.

Lobo, no entanto, foi empurrado para fora dessa dinâmica de conflitos. Depois de mais de três anos trabalhando na milícia, em dezembro de 2005 ele participou daquela que seria a surra

derradeira e que levaria parte de seu grupo para a prisão. As complicações começaram por causa de uma menina do bairro que namorava um garoto apontado como vapor do tráfico na Cidade de Deus. Os milicianos alertavam a menina para tomar cuidado e romper o namoro. Ela não dava ouvidos. Um dia, a garota levou o namorado para visitar sua família, para indignação dos policiais, que invadiram a casa dela e acabaram batendo na mãe e no pai, um borracheiro da comunidade. A mãe denunciou a agressão na Delegacia da Mulher, que prendeu Lobo, os policiais-chefes da quadrilha e mais duas pessoas.

No dia da detenção, eles foram presos por seus amigos do distrito e do batalhão policial do bairro, numa situação constrangedora. Lobo contou: “A gente frequentava muita orgia, puteiro, termas junto com eles. No sábado da minha prisão, ia ter a gravação de um DVD de pagode numa casa de shows. Muita gente ia se encontrar lá. Eu estava na associação porque era dia de pagamento. O pessoal indo pagar as taxas e eu fazendo segurança, quando meu colega foi me avisar: ‘Caralho, tem um monte de carro da polícia parado lá embaixo’. Tranquilo, eu falei, é tudo amigo meu”. Os policiais subiram e lançaram um olhar estranho em sua direção. “Percebi que tinha alguma coisa errada”, disse Lobo. “A casa caiu”, um dos policiais disse a ele. “Você está com sua identidade? Tem um mandado de prisão contra você.” Lobo estava com uma pistola 45 e com três granadas de efeito moral. Entregou tudo ao policial e disse: “A gente não troca tiro. Tamo numa só, tudo junto e misturado”. Chamou o advogado e imaginou que sairia na mesma noite. Na delegacia, percebeu que a barra estava pesada e que haviam armado contra ele.

“A surra da família foi só desculpa”, disse. No tempo em que esteve preso, veio a saber que o interesse deles tinha entrado em choque com o de uma milícia concorrente, ligada a um deputado estadual poderoso. Na semana que antecederia à prisão, o policial dessa milícia havia chegado à paisana na área de Lobo, com uma pistola 762, sem camisa e com um colete à prova de balas. Foi abordado porque Lobo não o conhecia e achou que poderia ser

um traficante. A abordagem causou confusão. Lobo precisou chamar seus chefes, os policiais proprietários, para evitar troca de tiros. Eles deram razão a Lobo e esculacharam o invasor: “Quando só tinha encrenca, nego desovando carro abandonado por aqui, você não vinha. Agora não se mete aqui. Quando entrar, tem que pedir licença. Você está arrumando problema com o cara [Lobo], porque ele é PI [pé inchado, termo pejorativo para se referir a segurança privado]. Tem que falar comigo, que sou Mike [gíria para policial]”.

A prisão, segundo Lobo, foi uma forma de o chefe da outra milícia mostrar poder e lembrar quem de fato mandava naquela área. Lição aprendida a duras penas. A milícia de Lobo não tinha as mesmas conexões políticas nem os mesmos contatos na segurança pública. Essas conexões são importantes, porque não faltam razões para prender integrantes desses grupos. Basta querer. No caso da milícia à qual Lobo pertencia, os policiais da delegacia local foram ao cemitério clandestino, usado para a desova de corpos, e acusaram o grupo pela morte de mais de vinte pessoas enterradas ali. A prisão do grupo não acabaria com o negócio. Apenas o levaria a mudar de mãos, promovendo novos arranjos entre policiais, que assumiriam o controle do território.

Foi uma das primeiras prisões de milicianos. Outras viriam a acontecer sobretudo a partir de 2007, quando o tema ganhou destaque na imprensa. Historicamente, houve no Rio dois núcleos a partir dos quais esse modelo de negócios se irradiou. Um deles, em Jacarepaguá, se consolidou com o domínio exercido por policiais na associação de bairro da comunidade de Rio das Pedras. Outro núcleo, na região de Campo Grande e Santa Cruz, cresceu com a presença de policiais no setor de transportes clandestinos de vans, dando origem ao grupo conhecido como Liga da Justiça. A grande novidade desses modelos de negócios na cena criminal do Rio é que os policiais, ao se organizarem em milícias, passaram a disputar territórios e mercados com facções do tráfico, que antes se relacionavam com policiais pagando propinas e comprando armas e munições.

Não é simples precisar quando esse modelo territorial, inspirado no Rio das Pedras, começou a crescer para os bairros vizinhos. Mas existem alguns marcos. Um deles é apontado pelo delegado Vinicius George, um dos profissionais mais experientes da polícia do Rio. George era chefe de gabinete do deputado Marcelo Freixo durante a CPI das Milícias, ocorrida em 2008 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Liderada por Freixo, a comissão pediu o indiciamento de 225 pessoas, entre políticos, policiais, agentes penitenciários, bombeiros e civis. O delegado cita um episódio ocorrido na Vila São José Operário, na Praça Seca, quando policiais militares, cansados dos atrasos de pagamento de propinas, executaram o grupo de traficantes do morro. O resultado foi a perda momentânea dos financiadores. Diante do vácuo de poder, esses policiais perceberam que eles próprios poderiam ganhar dinheiro no território, sem intermediários. Com o tempo, assim como ocorreria nos bairros vizinhos de Jacarepaguá, eles passaram a cobrar por serviços de segurança, sinal de TV a cabo e internet, a vender gás, alugar barracas, a cobrar taxas de mototáxi e transporte alternativo. Ganharam o apoio político de um vereador do Partido Republicano (PR), Luiz André Ferreira da Silva, o Deco, que expandiu a atuação para as comunidades vizinhas de Bateau Mouche, Chacrinha, Mato Alto e Bela Vista. A expansão foi rápida porque havia comunidades abandonadas pelo poder público e um modelo de negócio pronto para ser replicado. Eles ganhariam para fazer o que o Estado não fazia.

Antes da prisão de Lobo, em dezembro de 2005, ainda era difícil entender o que vinha ocorrendo. A detenção do grupo foi noticiada de forma discreta, em pequenas notas de jornal. A jornalista Vera Araújo, de *O Globo*, foi a primeira a perceber a gravidade dessa movimentação de policiais. Em março de 2005, ela assinou a reportagem inaugural sobre o tema e responsável pelo batismo da ação paramilitar como obra de “milícia”. O termo foi usado em razão do espaço limitado para o título: “Milícias de PMS expulsam tráfico”, dizia a manchete da página 18 do jornal. A linha fina, usada abaixo do título, explicava:

“Grupos de policiais assumem o controle em 42 favelas, mas há denúncias de abusos”. No dia seguinte, em nova reportagem, Vera e a jornalista Virgínia Honse, também de *O Globo*, apontaram a existência de onze grupos, seis deles chefiados por policiais militares, como protagonistas da ofensiva que teria tomado 42 favelas de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio.

A matéria descrevia ainda uma série de características do modelo de negócios que começava a se consolidar: cobrança por serviços de segurança, assistência social, fornecimento de cestas básicas para ganhar a simpatia dos moradores, venda de gás e arrecadação com linhas do transporte clandestino. Era nessa região que Lobo atuava, sob a vista grossa do 18º Batalhão. Mesmo sendo de conhecimento público e da inteligência da segurança pública do Rio, o assunto, contudo, morreu por algum tempo. Nos meses seguintes, ocorreram as primeiras desavenças internas em outra rede de milicianos, principalmente envolvendo disputas sobre transporte clandestino em Campo Grande e Santa Cruz, mas ainda sem grande repercussão nos jornais.

O avanço territorial dos paramilitares sobre as comunidades da zona oeste voltou a ganhar destaque depois de uma série de ataques realizados na cidade às vésperas do réveillon de 2006, mais precisamente na madrugada de 28 de dezembro. Criminosos armados com fuzis e granadas, divididos em cerca de vinte carros, praticaram diversos ataques e atentados contra delegacias, ônibus e postos policiais, matando dezoito pessoas e deixando trinta feridos. Dois policiais militares estavam entre os mortos e oito entre os feridos. Muitos atentados se concentraram na zona oeste, no entorno de Jacarepaguá e das regiões dominadas pelas milícias. O primeiro ataque ocorreu na Barra da Tijuca, onde um policial foi assassinado e outro ferido com tiros de fuzil. Na cena mais trágica, um ônibus que ia do Espírito Santo para São Paulo foi incendiado na avenida Brasil e sete pessoas morreram queimadas.

O governo do estado, comandado por Rosinha Garotinho, se

apressou em anunciar que os ataques eram um recado ao governador eleito, Sérgio Cabral Filho, que assumiria em 2007, para que não endurecesse o sistema prisional. Anthony e Rosinha Garotinho encerravam seu ciclo de oito anos no poder. Lembro que, quando ouvi essa notícia na época, imediatamente me ocorreu que as facções cariocas tinham imitado os criminosos das facções paulistas. Sete meses antes, em maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC) havia realizado diversos atentados contra agentes de segurança, delegacias, ônibus e postos policiais, matando 59 policiais e agentes num único fim de semana. Os criminosos paulistas deram uma demonstração de força depois que o governo estadual transferiu 765 lideranças para uma penitenciária de segurança máxima. De dentro dos presídios, o grupo estabeleceu uma nova ordem no mercado criminal de São Paulo, com regras e protocolos para os participantes desse universo, encerrando as rivalidades entre pequenos grupos que marcaram os anos 1990 no estado. A ação foi interpretada como uma demonstração de poder das lideranças do PCC, para mostrar aos criminosos que havia uma autoridade a ser respeitada no mundo do crime paulista.

No Rio, a situação caminhava em outra direção. O domínio territorial continuaria estratégico para diversos grupos criminosos em disputa. Os paramilitares seriam mais um a participar da confusão. No começo dos anos 2000, havia o Comando Vermelho, o maior deles, e o Amigos dos Amigos, que ainda estava junto com o Terceiro Comando, numa união batizada como Terceiro Comando dos Amigos. Os dois últimos grupos romperiam, e a briga daria origem, em 2003, ao Terceiro Comando Puro. No entanto, as novas estratégias da banda podre da polícia, se espalhando a partir de dois núcleos no entorno de Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz, que apostavam no controle dos bairros para ganhar dinheiro, não faziam parte do tenso acordo que havia anos as facções mantinham com os policiais. Os paramilitares seriam, afinal, mais uma força a participar da pesada disputa pelo controle das mais de setecentas comunidades pobres do estado, numa concorrência já acirrada e

violenta.

Foi essa revolta, na verdade, que o Comando Vermelho buscou tornar pública no dia 28 de dezembro de 2006, apoiado por facções concorrentes, quando atacou policiais e moradores do Rio. Como se tentasse protestar contra a concorrência daqueles cuja missão deveria ser prendê-los. O conteúdo de panfletos apócrifos apreendidos nos locais dos atentados deixava evidente a denúncia feita pelos criminosos. As milícias eram chamadas de “Comando Azul”, em referência à cor dos uniformes da Polícia Militar. “Rosinha e Garotinho apoiam a milícia contra o pobre e o favelado. A milícia massacra os pobres da favela e a resposta é o rio de sangue”, dizia um dos panfletos. Essa hipótese foi depois confirmada pelo secretário de Administração Penitenciária da época, Astério Pereira, que identificou nos ataques a revolta dos criminosos com a entrada de policiais na disputa por territórios. Ele mostrou um documento da Subsecretaria de Inteligência, apresentado à cúpula da Secretaria de Segurança, informando dos planos para os ataques no dia 28. Escutas mostravam que o traficante Jorge Ferreira, o Gim, da Cidade de Deus, havia se reunido com chefes de outras facções criminosas no Morro da Mangueira, na zona norte, para organizar as ações em represália às invasões de milícias.

Se os ataques de 2006 ocorreram em um novo contexto, de certa forma representaram também uma reclamação antiga, registrada na crônica policial do Rio de Janeiro pelo criminoso Lúcio Flávio, cuja vida deu origem ao filme *Lúcio Flávio, passageiro da agonia*, dirigido por Hector Babenco em 1976. Na década de 1970, ao ser preso, Lúcio Flávio reclamou das relações entre os policiais do Esquadrão da Morte com o crime, indignado com a entrada dos policiais no negócio. E soltou a frase: “Polícia é polícia, bandido é bandido. Não devem se misturar, igual água e azeite”. O conselho nunca seria levado a sério.

A conversa com Lobo era um elemento entre tantos para eu

entender a história da violência e suas dinâmicas a partir do Rio de Janeiro. A sensação era de que um século não seria o bastante para eu conhecer a complexidade local. Algumas perguntas de fundo que me perseguiram desde outras pesquisas voltariam a se repetir nas investigações sobre o Rio. Eram perguntas diferentes das que agentes de segurança e da Justiça costumam fazer em busca de provas que apontem a culpa ou a inocência de alguém. Minha investigação, ao contrário da deles, não buscava fazer julgamentos, mas compreender por que e como a sociedade vem produzindo esses comportamentos violentos e induzindo seus participantes a seguir esses caminhos. Minhas questões eram outras: como esses grupos criminosos se articularam? Quais as características das crenças e dos discursos em defesa de conflitos e homicídios e como elas se formaram? Que mecanismos sociais entraram em ação? Qual o papel dos erros e das omissões das instituições? Ainda havia a principal pergunta, inescapável, que minha investigação tentaria responder: até que ponto a realidade do crime no Rio de Janeiro ajudaria a entender a escolha dos eleitores por Jair Bolsonaro para presidente do país em 2018? Bolsonaro, visto como um político contrário à corrupção, defendia abertamente uma guerra violenta contra o crime, mesmo que ela produzisse homicídios. Ele queria o armamento da população e tinha ligações diretas com integrantes de grupos milicianos do estado. Como e por que chegamos a essa situação? Por que roubo e corrupção chocavam mais o eleitor do que a violência?

Lobo era apenas um miliciano, um pé inchado, nem policial ele era, e na prisão o chamavam, com desdém, de Milicinha, por ele não ter vínculo oficial com as forças de segurança. Depois que o entrevistei naquele hotel em Copacabana, conforme outras informações surgiam, nossa conversa pareceu ter levantado um fio no emaranhado de dados e relatos que poderia ser puxado para revelar uma história pouco conhecida. A trajetória de Lobo me ajudava a entender o contexto de Jacarepaguá no começo dos anos 2000 e o papel do 18º Batalhão naquela região; dava mais cores ao cenário onde trabalhou o sargento Fabrício Queiroz,

cuja carreira policial transcorreu, na maior parte do tempo, naquele batalhão. Desenrolando o fio, também era possível chegar ao então tenente Adriano Magalhães da Nóbrega, que depois viraria capitão. Queiroz e Adriano da Nóbrega se conheceram em 2003 no 18º Batalhão. Anos depois, em 2007, Queiroz se tornou o faz-tudo do gabinete do deputado Flávio Bolsonaro. Já Adriano da Nóbrega foi protegido pela família Bolsonaro durante anos, com parentes empregados no gabinete de Flávio, mesmo durante o período em que mergulharia no crime do Rio para se tornar um dos criminosos mais violentos da cena local.

Também era preciso entender a história dos dois núcleos de formação das milícias cariocas, o de Rio das Pedras, em Jacarepaguá, e o de Campo Grande e Santa Cruz. Conhecendo a origem desses grupos, ficou claro como essas quadrilhas, mesmo depois de uma CPI que prendeu centenas de envolvidos, se reinventaram e se tornaram ainda mais poderosas. Em paralelo, era preciso investigar o modelo varejista de drogas no Rio de Janeiro e a história recente da polícia fluminense, sobretudo sua ligação com a contravenção — grupos de extermínio, esquadrões da morte, jogo do bicho — e com os porões da ditadura militar.

Ao lado da polícia, também desempenham papel central nessa narrativa em defesa de uma ordem violenta as Forças Armadas. Desde a redemocratização, em 1985, alguns grupos militares se ressentiram da perda de protagonismo e se uniram em torno de ideais que só vieram à tona depois da eleição de Bolsonaro em 2018. Durante anos, esses movimentos ficaram longe do debate público, com as instituições, a imprensa e os políticos praticamente alheios, como se a democracia, reconquistada a duras penas com a Nova República, pudesse se perpetuar por inércia, sem que fossem necessários cuidados e ajustes.

Durante quase três décadas, a situação parecia estável. A inflação foi controlada, a moeda se estabilizou e o Brasil voltou a crescer, com diminuição da pobreza e expansão de serviços públicos na saúde e educação. No Rio de Janeiro, houve anos de euforia, com a descoberta das reservas de petróleo do pré-sal em

2006, a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades dominadas pelo tráfico a partir de 2008 e com a expectativa da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas nos anos seguintes. Quando esse ciclo virtuoso se interrompeu, não houve liderança capaz de reverter o quadro. A operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal, deu origem a uma sequência de denúncias e prisões por corrupção a partir de 2014. Em junho de 2013, a população tinha ido às ruas e de lá não saiu pelos três anos que se seguiram, protestando em meio a uma intensa crise fiscal, econômica e política. O caldeirão havia sido destampado, transbordando raiva e ressentimento.

No Rio, a situação se agravou com a falência fiscal do Estado. Os assassinatos voltaram a crescer a partir de 2017, e multiplicaram-se as notícias de novos territórios ocupados pelos milicianos. Em 2016, o impeachment da presidente Dilma Rousseff acirrara os ânimos da população, inviabilizando a gestão do sucessor, o vice-presidente Michel Temer, também atingido pelas investigações da Lava Jato. No dia 16 de fevereiro de 2018, o governo decretou intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, para “estancar a crise da segurança no Rio”, segundo anunciava o governo. Tropas do Exército foram enviadas para a cidade e parte da cúpula das Forças Armadas assumiu a segurança pública carioca. Os holofotes da imprensa nacional e internacional focalizaram os desdobramentos da intervenção.

Com todos os olhos voltados para as tropas militares na cidade, uma bomba explodiu no dia 14 de março de 2018, às vésperas do aniversário de um mês da intervenção federal. O assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes colocou em xeque a credibilidade do Exército e das forças de segurança do estado. Marielle era uma das vozes mais críticas à intervenção federal. Com seu assassinato, era como se os milicianos dessem um recado claro: não importa a presença do Exército, os olhares da imprensa nacional e estrangeira, o interesse dos políticos e das instituições democráticas — quem manda no Rio são as milícias.

A eleição de Jair Bolsonaro se deu nesse turbilhão. Com ele,

foram eleitos políticos que desdenharam do assassinato de Marielle e que a difamaram depois de sua morte. O interventor do Rio, o general Walter Braga Netto, desafiado e humilhado pelos milicianos, assumiu em 2020 o cargo político mais importante do governo Jair Bolsonaro, a chefia da Casa Civil. Braga Netto passou a liderar o governo de um político que sempre defendeu a ação, e até mesmo a legalização, dos grupos paramilitares e que havia feito pouco caso do assassinato de Marielle. A dimensão dos problemas em que o país se enredou tornou-se ainda mais assustadora com a pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020, com um governo repleto de militares e um presidente negacionista que deixou o vírus se espalhar de forma descontrolada.

Desenrolar o fio dessa história, sem a intenção de buscar culpados, ajuda a compreender a lógica por trás das escolhas feitas e dos caminhos seguidos por seus protagonistas. A raiva e o ressentimento que inundaram as ruas levaram representantes desses sentimentos autodestrutivos à liderança do país. Entender essa trajetória, para evitar que esses erros se repitam, é uma das poucas saídas que restam aos brasileiros.

*image
not
available*

calado e aguardou o julgamento numa cela do distrito.

Um mês depois, diante da juíza, Paixão declarou ter sido vítima de achaque. Disse que estava trabalhando como mecânico na casa de uma vizinha, quando os policiais chegaram ao local e pediram 20 mil reais para não prendê-lo. Conhecido como Gim Macaco, Paixão era um criminoso com grande potencial de gerar lucro para os policiais, por sua longa história no crime. Havia estado no presídio de Ilha Grande com presos políticos em 1973 e garantiu ter mudado de vida quando saiu de lá. Quatro testemunhas confirmaram ao Ministério Público a versão do achaque dada por Paixão, inclusive a dona da casa onde ele trabalhava naquele dia. Os quatro policiais que acompanhavam Queiroz e o outro sargento não testemunharam a favor dos colegas. O promotor do caso, Felipe Rafael Ibeas, então, pediu a absolvição de Paixão e determinou que a Corregedoria investigasse Queiroz por falso testemunho, abuso de autoridade e denúncia caluniosa. Paixão foi solto. Os policiais envolvidos na ação, entre eles Fabrício Queiroz, não foram punidos. “Casos suspeitos como esse envolvendo policiais não eram incomuns. Você percebe que há algo estranho na hora da audiência, quando ouve os testemunhos das vítimas”, afirmou o promotor Ibeas, que não acompanhou os desdobramentos da investigação na Corregedoria.

Na noite de 16 de novembro de 2002, quatro anos depois desse episódio, Queiroz se envolveu numa ocorrência que provocou a morte de um jovem de dezenove anos, depois de um alegado tiroteio ocorrido num baile funk na Cidade de Deus. O sargento Queiroz disse na delegacia que foi atacado primeiro, por isso atirou, agindo em legítima defesa. A vítima, Gênesis Luiz da Silva, levou um tiro na nuca e morreu no hospital. O caso não teve repercussão nem desdobramento na Justiça. Seria apenas mais um naquele ano marcado pelo crescimento da violência policial no Rio de Janeiro, que chegaria a novecentos homicídios — aumento de 52% em relação ao ano anterior. A governadora petista Benedita da Silva vinha tendo dificuldades para controlar os policiais militares. As denúncias de corrupção

*image
not
available*

Gomes, também trabalhava no 16º Batalhão.

A ligação do clã Bolsonaro com a rede de paramilitares e milicianos que se formava na zona oeste se estreitou em 2002 com a eleição de Flávio Bolsonaro para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O deputado de apenas 22 anos, neófito no Parlamento, pretendia se vender como o representante político e ideológico dos “guerreiros fardados” que lutavam por espaço e poder nos territórios do Rio. Ao longo dos anos, coube a Fabrício Queiroz o papel de principal articulador dessa rede de apoio no mandato do deputado primogênito. Queiroz seria fundamental para ajudar a fortalecer a base de votos do clã Bolsonaro nos batalhões policiais, para onde levou Flávio, em sua primeira campanha, para pedir votos.

Queiroz era amigo de Jair Bolsonaro desde os tempos do Exército. Eles se conheceram em 1984, no oitavo grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista, na Vila Militar no Rio. Flávio, então, tinha três anos e chamava Queiroz de tio. Na mesma artilharia, em 1987, Queiroz conheceu o futuro vice-presidente Hamilton Mourão, trabalhando como motorista do jipe do oficial. Na época, Bolsonaro sugeriu ao soldado que prestasse concurso para a polícia. O ingresso de Queiroz na corporação ocorreu naquele mesmo 1987, e a relação de lealdade e confiança entre os dois se manteria desde então.

Quando Flávio se elegeu deputado estadual, Jair Bolsonaro, o chefe do clã, estava em uma encruzilhada. Na época, final de 2002, Jair era uma figura com perspectivas eleitorais duvidosas. Folclórico no Congresso Nacional, com apelo restrito à parcela ultraconservadora do eleitorado, parecia destinado a perder força, a exemplo de diversos parlamentares populistas, defensores de uma polícia truculenta. Faltava a ele jogo de cintura para se aproximar dos partidos e dos colegas. Ostentava ainda um temperamento paranoico, o que parecia um empecilho aos acordos que definiam os poderes na Nova República. Na eleição de 2002, Jair obteve menos votos do que em suas duas eleições anteriores, apesar do sobrenome ainda ser popular. O

*image
not
available*

assumira o posto na gestão de sua esposa e sucessora no governo do Rio, Rosinha Garotinho.

A vítima de Adriano e sua tropa foi o guardador de carros Leandro dos Santos Silva, de 24 anos, morto com três tiros. Antes de ser assassinado, Leandro esteve na Inspetoria de Polícia, órgão criado por Garotinho com a finalidade de apurar desvios de policiais, para fazer uma denúncia. Contou que, na semana anterior, tinha sido espancado por policiais do 16º Batalhão e foi obrigado a pagar mil reais a eles. De acordo com o depoimento de Leandro, os policiais usaram sacos plásticos para asfixiá-lo e exigiram outros mil reais para deixá-lo em paz. Leandro foi levado à delegacia para confirmar as denúncias e depois encaminhado ao Instituto Médico Legal para o exame de corpo de delito. O subsecretário de Segurança, Marcelo Itagiba, e o inspetor combinaram com Leandro um flagrante, para prenderem o grupo no ato do pagamento do arrego. Não deu tempo. Ele foi assassinado às 6h30 na porta de casa.

Adriano e os demais foram indiciados por homicídio qualificado. Garotinho entendeu que sua autoridade havia sido desafiada e determinou a prisão dos suspeitos. O comandante do 16º Batalhão, o tenente-coronel Lourenço Pacheco Martins, foi à delegacia armado de fuzil para defender a tropa e ameaçou processar os jornalistas que estavam na porta da delegacia. O gesto levou Garotinho a exonerá-lo, afirmando aos jornais que os PMS haviam plantado provas para forjar um tiroteio e assassinar a vítima que prestaria testemunho. Durante as investigações do caso, a Inspetoria apurou mais dois casos de sequestro e tortura praticados pelo grupo.

Em janeiro de 2004, Adriano e os policiais foram presos preventivamente. Apesar da repercussão do caso e da evidência dos crimes, Flávio Bolsonaro voltou a homenagear Adriano da Nóbrega. Em junho de 2005, mesmo preso ele recebeu uma honraria ainda mais importante: a Medalha Tiradentes. Conforme o regimento da Assembleia Legislativa, ela deve ser concedida “a personalidades nacionais ou estrangeiras que, de qualquer forma, tenham serviços prestados ao estado do Rio de

*image
not
available*

um novo modelo de milícias se espalhava por Jacarepaguá, uma série de tragédias assustava a cidade, cansada das disputas cotidianas que envolviam facções rivais por poder e pelo varejo das drogas.

A sensação de não haver como combater o poder do tráfico se aguçou em junho daquele ano, quando o jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, foi assassinado por traficantes da Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão. Lopes foi criado no Morro da Mangueira, bairro pobre e tradicional da região central do Rio, que começou a se formar nas duas primeiras décadas do século XX por moradores vindos de cortiços e de casas demolidas das imediações. A origem social do repórter facilitava seu trânsito entre mundos diversos. Tim Lopes amava samba e futebol. Era vascaíno fanático e mangueirense apaixonado. Pretendia publicar um livro com histórias do Carnaval.

Na ocasião do crime que o vitimou, Tim Lopes investigava a opressão armada imposta pelos vendedores de droga nos morros, tema arriscado porque exigia a busca por imagens proibidas pelo tráfico. Em 2001, munido de uma microcâmera, ele havia conseguido filmar uma feira de drogas, o que rendeu ao jornalista e sua equipe o principal prêmio nacional de telejornalismo naquele ano. A matéria, exibida no *Jornal Nacional*, mostrava o comércio livre na rua da Grota em plena luz do dia. Vendedores ofereciam maconha a dois reais, pó em promoção a cinco ou uma trouxinha maior por quinze reais. Filas para comprar cocaína se formavam em pontos de venda vigiados por homens armados de fuzis. Crianças com uniforme escolar, mães com bebês de colo, pessoas voltando do trabalho, todas obrigadas a andar no meio daquele cenário opressivo. A reportagem ironizava a desinformação da polícia sobre a existência da feira. Bastou a exibição para que policiais entrassem no Alemão e os organizadores fossem presos.

Quase um ano depois, Tim voltou ao mesmo morro para denunciar os bailes funk. Fontes tinham informado o repórter de que nesses eventos havia drogas em abundância e sexo com garotos e garotas menores de idade. Dessa vez, ele foi

*image
not
available*

Nepomuceno, o Marcinho VP, líder do CV. Os rebelados destruíram o presídio de segurança máxima, amarraram reféns a um botijão de gás e ameaçaram explodi-los, gerando horas de tensão transmitidas ao vivo para todo o país. Quatro pessoas ligadas a grupos rivais foram mortas, entre elas Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, mítico chefe da ADA. Celsinho da Vila Vintém, outro líder do grupo rival e figura importante na cena do crime do Rio, foi poupado. Os desdobramentos do conflito em Bangu prosseguiriam do lado de fora, nos morros e nas comunidades. A rebelião não era uma carnificina rotineira, mas um movimento ousado, capaz de provocar reações e vinganças entre os grupos entrincheirados em morros repletos de fuzis.

A sobrevivência de Celsinho da Vila Vintém foi vista com desconfiança pelo Terceiro Comando e provocou o rompimento da aliança até então bem-sucedida entre as duas facções. Seria formado o Terceiro Comando Puro (TCP), em oposição à ADA e ao CV, obrigando diversos chefes de morros a optar entre as lideranças de Celsinho e Linho, pela ADA, e Robinho Pinga, pelo TCP. Novos focos de conflito se formariam. Parecia não haver solução para lidar com o forte poder bélico e econômico dos traficantes.

Sempre houve, contudo, quem olhasse a crise na segurança de outra maneira — com olhos de empreendedor a identificar oportunidades para lucrar com o medo e a sensação de insegurança da população. Fortalecer os ganhos num mercado vigoroso vendendo sensação de proteção e ordem. Para complicar o quadro, tais empreendedores estavam dentro da própria polícia do Rio de Janeiro. Muitos já aproveitavam havia décadas essas brechas para faturar ilegalmente, mas novas modalidades de negócio podiam emergir. As milícias lançariam mão de um modelo mais sofisticado, que passaria a dominar territórios, promovendo um tipo de tirania alternativa à das facções e que levaria muitos de seus representantes aos quadros mais elevados do poder. Durante as entrevistas, ouvi muitas vezes esta pergunta, um falso dilema tipicamente fluminense: tráfico ou milícia? Como se as instituições democráticas e a

*image
not
available*

defesa de uma ordem coletiva. Os soldados e policiais são descritos como abnegados que arriscam a vida na luta em nome desse ideal. “Podemos condenar policiais que estão trabalhando para expurgar criminosos que não têm recuperação? Qualquer jornal hoje estampa a foto de um grupo de traficantes segurando fuzis de última geração com carregadores onde cabem centenas de balas. Será que um vagabundo sendo preso poderá se recuperar? Será que ele quer se recuperar? Será que é justo continuarmos mantendo esse tipo de gente na cadeia? Para quê? Temos de deixar de ser hipócritas! Não há recuperação mesmo.”

A família Bolsonaro cresceu e se fortaleceu num ambiente por ela definido como de guerra urbana. A construção de um bode expiatório amedrontador era fundamental para a sobrevivência do ódio que mantinha o poder do clã. Também ajudava a enriquecer os policiais e paramilitares que conheciam os caminhos para faturar com o medo da população. Os Bolsonaro demonstravam esta qualidade valorizada entre soldados em guerra: lealdade incondicional, mesmo diante das ações criminosas que seus parceiros praticavam. A sinceridade era outra qualidade. Eles não pareciam simplesmente oportunistas, mas convictos defensores de ações criminosas e violentas. Dessa forma, defendiam em público o que os próprios militares e policiais tentavam disfarçar: a prática de tortura e assassinatos para conter o crime.

Não era algo estratégico ou premeditado, pensado para futuros ganhos políticos. Pareciam ideias resistente às regras do jogo, cultivadas por um chefe de família que as tinha transmitido aos três filhos parlamentares, um homem “incapaz de esconder o que sente — pronto como poucos para expor seu ponto de vista de forma franca e aberta”, como disse Flávio Bolsonaro sobre as opiniões contundentes do pai.^[7] Mesmo depois de sair do Exército, Jair se enxergava no campo de batalha, com raiva dos inimigos, cuja destruição parecia dar sentido à sua carreira política. “O soldado que vai à guerra e tem medo de morrer é um covarde”, reza uma de suas máximas preferidas, ainda segundo seu filho mais velho.^[8] O ódio ao inimigo faz par com a lealdade

*image
not
available*

do que solidariedade de amigos, era fruto de convivência, cumplicidade e indício forte de formação de quadrilha. Ele havia deixado para trás a prática da mineração e dos arregos, para atuar como segurança privado na rica e antiga economia do jogo do bicho. O *sniper* ofereceu aos bicheiros uma expertise rara no mercado: a habilidade de assassinar sem deixar rastros. Suas atividades começaram depois que ele deixou a prisão, nas disputas sangrentas em torno do espólio do bicheiro Waldemir Paes Garcia, o Maninho, assassinado em setembro de 2004, e de seu pai, Waldemir Garcia, o Miro, patrono da escola de samba Salgueiro, que morreu poucos dias depois do filho de infecção pulmonar.

A relação de Adriano com o jogo do bicho vinha da infância. Parte de sua criação ocorreu dentro de um haras, onde seu pai morava. O Haras Modelo, em Cachoeiras de Macacu, no interior do estado, pertencia a Maninho e era administrado por Rogério Mesquita, braço direito do bicheiro. Mesquita conhecia Adriano desde a adolescência e o considerava um afilhado. Depois da morte de Maninho, no começo de 2005, Mesquita o procurou, ainda na prisão, para que Adriano ajudasse na proteção de Alcebíades Paes Garcia, o Bid, irmão de Maninho. Bid morava em Roraima e tinha voltado para o Rio a fim de assumir os negócios da família, cujo espólio se tornou alvo de disputa entre os herdeiros. Mesquita contou em depoimento que o capitão Adriano foi indicado para organizar a proteção de Bid, acionando, de dentro da prisão, nomes para compor a equipe e recebendo salário pela consultoria. O grupo de segurança seria composto de catorze policiais.

Ao sair da cadeia, Adriano ficou pouco tempo com Bid e em seguida foi trabalhar com José Luiz de Barros Lopes, o Zé Personal, também bicheiro, casado com a filha de Maninho, Shanna Harrouche Garcia Lopes. Adriano, encarregado da segurança das máquinas de caça-níquel do casal, matou alguns desafetos deles, segundo depoimento de Mesquita, prestado em junho de 2008. De acordo com o mesmo depoimento, Adriano havia assassinado também Carlos Alberto Alano, funcionário de

*image
not
available*

3.

As origens em Rio das Pedras e na Liga da Justiça

A chegada a Rio das Pedras pela avenida Engenheiro Souza Filho impactou um forasteiro como eu, que tinha na cabeça imagens preconcebidas por histórias que lia e ouvia sobre as milícias locais. Imaginava ver casas por todos os lados, com homens armados em rodinhas nas esquinas. Os textos ajudaram a me informar, mas, inevitavelmente, se concentravam nos conflitos, produzindo ideias estereotipadas. Como jornalista, estou acostumado a fazer esse filtro. Antes de escrever, procuro conhecer o lugar, sentir o ambiente, conversar com os moradores. No caso de Rio das Pedras, a visita me despertou diversas perguntas que até aquele momento eu não considerava importantes.

O centro comercial é um shopping center ao ar livre, efervescente, com lojas diversificadas e ruas lotadas. Logo na chegada, casas de material de construção, decoração, serrarias, vidraçarias e galpões mostram um bairro em fase de transformação e crescimento. O burburinho contrasta com as regiões famosas das zonas sul, norte e central do Rio. Em Copacabana, por exemplo, onde costumo me hospedar, há um grande número de aposentados e, proporcionalmente, de farmácias. Apesar de ser um dos bairros mais famosos e bonitos do mundo, aparenta decadência. Bem diferente do perfil de Rio das Pedras, um bairro com pouco mais de cinquenta anos de existência e uma população mais jovem, de 55 mil habitantes, maior do que 90% dos municípios brasileiros. Mesmo com a infraestrutura precária, seu cotidiano transmite vitalidade e dinamismo.

*image
not
available*

que estabelecimentos comerciais pagavam mais, “as lojinhas, os bares, os cabeleireiros. Lá na favela, por baixo, são duzentos [empreendimentos]. A cinquenta reais por mês, mais 10 mil reais. E ainda dá pra lucrar com a venda de gás, água, gatonet, energia elétrica, transporte, terreno onde há espaço para vender ou alugar terra. Tudo isso deixa o cara milionário em dois meses”, ele calculou. O dinheiro, muitas vezes, é multiplicado pela prática da agiotagem, que faz o capital girar, aquece o mercado e o empreendimento local.

No caso do tráfico, segundo o ex-traficante, a situação é mais difícil por diferentes circunstâncias. A começar pelo custo alto do negócio. “O traficante paga 8 mil reais o quilo do crack no atacado para ganhar 3 mil por quilo no varejo. No caso de um pó bom, ele custa de 14 mil a 15 mil reais, pra ganhar 6 mil de lucro no varejo. Pra ganhar 60 mil de lucro, tem que vender pelo menos dez quilos.” Na estrutura de duas centenas de funcionários que ele comandava, ele afirmou ter faturado cerca de 400 mil a 500 mil reais por mês, com um lucro bruto de 150 mil a 200 mil reais. Essa receita, contudo, era usada para controlar as externalidades do comércio, que geravam despesas enormes. “Munição, armamento, arrego para policial, despesas com soldados, tudo isso faz parte. Na favela que está em guerra, o negócio não vai pra frente porque os custos são muito altos. Sobra pouco dinheiro para investir. Fiz dinheiro para muita gente, inclusive para a polícia. Mas não posso reclamar, porque esses arregos me mantiveram vivo. Só que ninguém sai rico do varejo de drogas.”

Além da questão financeira, a parceria dos paramilitares com os policiais é outra grande vantagem do negócio. “Se eu sou milícia, vou com um carro carregado de fuzis, sou parado numa blitz, e basta dizer que sou da polícia para ser liberado. Não há flagrante. Isso dá grande vantagem. Os milicianos também não são caçados, como ocorre com os traficantes, e eles não se envolvem em guerras. Eles são aceitos e fazem parte do Estado. Acaba sobrando dinheiro para ser investido e multiplicar o dinheiro do crime”, analisou. O traficante, mesmo o que ganha